

RUBENS RICUPERO

Mão de gato

Nos últimos anos, inverteu-se a equação: agora, mais de 73% do aumento das emissões provém dos emergentes

SE NÃO mudar de atitude no aquecimento global, o Brasil vai ser a mão de gato para que a China tire suas castanhas do fogo da pressão internacional.

Os chineses devastam setores inteiros de nossa indústria, ameaçam-nos até no mercado de aço, devido ao predatório desenvolvimento que praticam. Representam com a Índia quatro quintos do aumento previsto no consumo de carvão.

De 2000 para cá, a China explica por que o dióxido de carbono aumentou quatro vezes mais que nos anos 90 (2,9% anuais contra 0,7%), de acordo com estudo de fins de outubro da National Academy of Science dos EUA!

Diante disso, como pode o Brasil sustentar que a isenção de metas de redução de emissões deve continuar a se aplicar aos países em desenvolvimento em bloco, sem nenhuma distinção, favorecendo a China em igualdade de condições com o Haiti?

De 1750 até hoje, os industrializados provocaram 70% do acúmulo de gases estufa na atmosfera. Daí decorre o princípio da "responsabilidade comum, mas diferenciada", isto é, recaem nos ricos ônus maiores.

Nos últimos anos, inverteu-se a equação: agora, mais de 73% do aumento das emissões provém dos emergentes.

Tem razão, assim, a ministra Marina Silva quando afirma: "Responsabilidade diferenciada não quer dizer nenhuma responsabilidade". Qual é, porém, a responsabilidade brasileira se não aceitamos nenhuma meta fiscalizável nem mesmo nas queimadas, das quais somos o vilão-mor?

Se quiser voltar a ser facilitador de consenso, como na Rio 92 e em Kyoto, o Brasil deveria se orientar pelos seguintes princípios:

1º) sua posição tem de ser "diferenciada" tanto em relação aos ricos, sobretudo os EUA, maiores culpados, como aos emergentes como a China e a Índia, que poluem com o carvão e agravam cada dia mais o problema. Em vez de optar pelo bloco dos "sujos" em energia, o país deve ser mediador de acordo-ponte entre os dois lados;

2º) temos de reconhecer responsabilidade pelas queimadas, inclusive na colheita da cana, comprometendo-nos com metas de redução;

3º) é tempo de abandonar a oposição solitária a todos os países detentores de florestas nativas que desejam incluí-las em algum mecanismo de mercado, com vistas a facilitar o pagamento de compensações internacionais pelos serviços ambientais prestados pelas florestas;

4º) o Brasil deve praticar seu discurso, evitando isolar-se, como no passado, dos vizinhos mais próximos e inspirar-se na política de consultas públicas à sociedade civil praticadas pela Argentina.

Criticada pela comunidade científica e ambientalista nacional e internacional, a posição brasileira é hoje um dos entraves à adoção de combate efetivo e urgente à maior ameaça ao planeta.

Nossa política não evoluiu devido à "resistência... (do) espírito pouco inovador de antigos e venerandos funcionários", diríamos parafraseando o barão do Rio Branco a respeito da oposição do visconde de Cabo Frio à retificação dos limites com o Uruguai em 1909.

Os funcionários não serão agora tão antigos, apesar de não serem menos venerandos. Com a perspicácia que não lhe falta, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, saberá retificá-los, adotando política proativa e responsável, digna do povo brasileiro. Nenhuma outra se ajustaria tão bem aos interesses do país e do mundo, dando incomparável prestígio à justa candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU.

RUBENS RICUPERO, 70, diretor da Faculdade de Economia da Faap e do Instituto Fernand Braudel de São Paulo, foi secretário-geral da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e ministro da Fazenda (governo Itamar Franco). Escreve quinzenalmente, aos domingos, nesta coluna.